

190

→ Desocupação de terras

Polícia Federal teme confronto entre maxacalis e fazendeiros

ANA LÚCIA GONÇALVES
 → DA SUCURSAL

BERTÓPOLIS - A Polícia Federal vai estar na reserva indígena maxacali nesta quarta-feira, independente do resultado do julgamento do recurso impetrado pelos 14 fazendeiros que ocupam a área, que deveriam deixá-la, por determinação judicial, neste dia. O recurso será julgado amanhã pelo juiz do Tribunal Federal Regional, José Cândido Ribeiro, que substitui o relator Jamil Rosa de Jesus. O funcionário da Funai na aldeia Água Boa, Marilton Vasconcelos, acredita que até amanhã todos já terão abandonado a área invadida.

O delegado federal de Assuntos Fazendários, Hélio Dias Leite, teme um confronto provocado pelos índios, caso a decisão seja favorável aos posseiros. "Eles têm a sua cultura e estão ansiosos para receber as terras de volta", explicou o delegado. Segundo Leite, que há 90 dias esteve em Bertópolis para conhecer a área de conflito e conversar com os fazendeiros e índios para avaliar o grau de hostilidade, a preocupação, caso o parecer seja favorável aos posseiros, estará

voltada para os índios.

O posseiros, segundo o delegado, estão tranquilos e dispostos a cumprir a determinação judicial. "O índio tem cultura diferente. Eles cultuam a terra", explicou. A intenção da PF, segundo Leite, era chegar hoje à aldeia, com dois dias de antecedência, mas isso não será mais possível.

A equipe, formada por cerca de 30 policiais federais e militares e também por uma equipe de apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), chegará à aldeia amanhã, onde ficará hospedada. A equipe se dividirá entre as aldeias Água Boa e Pradinho, cortadas pela gleba de 1.852 hectares ocupada pelos fazendeiros. "Estaremos na área de conflito na quarta-feira bem cedo. Ou para fazer cumprir a determinação judicial e retirar os fazendeiros ou simplesmente para manter a ordem", explicou o delegado.

Leite coordenou a desocupação da área indígena Krenak, de Resplendor, no Vale do Rio Doce, em abril de 97. A PF precisou de seis dias para promover a desocupação, tempo que não seria necessário em Bertópolis, devido às condições topográficas e ao número de famílias, que é bem inferior.



Confinados, os maxacalis perderam espaço para cultivar suas tradições e muitos se entregaram ao alcoolismo

Hora de resgatar identidade

BERTÓPOLIS - Para o deputado estadual João Leite, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, com a devolução dos 1.852 hectares aos maxacalis, o Estado estará saldando um débito com os índios. "É uma vitória. Uma justiça que está sendo feita. Pesava contra o Estado esta apropriação indébita dos fazendeiros".

Para o deputado, o juiz do Tribunal Federal Regional, José Cândido Ribeiro, que julgará amanhã o recurso impetrado pelos 14 fazendeiros, não terá outro caminho a não ser devolver as terras para os maxacalis. "Estamos confiantes", adiantou.

O deputado integrou a delegação também formada pelo Conselho Missionário Indigenista (Cimi), Câmara Federal e Procuradoria da República, que foi recebida pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, e pelo presidente do Superior do Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, nesta última segunda-feira.

O objetivo foi tentar garantir a realização da operação. "O juiz queria apenas a garantia de que a Funai dispõe dos recursos para promover a indenização dos fazendeiros. Se a Funai já tem os recursos em mãos e apresentou ao juiz, não haverá problemas", acredita o deputado.

Leite disse que a devolução das terras ajudará os índios a resolver problemas de identidade, já que voltarão a caçar e a pescar no rio. "Até mesmo o problema do alcoolismo na aldeia poderá ser amenizado, se não erradicado", prevê.

BENFEITORIAS

O administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Governador Valadares, Wilton Madson Andrada, informou que o órgão empenhou, no dia 27 de abril, os valores das benfeitorias, orçados em R\$ 462.368,66 no total. Na última quarta-feira, a Funai enviou técnicos à área para fazer um levantamento das benfeitorias e conferir a vistoria realizada em 89.

Parceria para recuperar área

BERTÓPOLIS - A Fundação Nacional do Índio (Funai) tentará parceria com Ministério da Agricultura, Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Ibama para a elaboração de um projeto de recuperação dos 1.852 hectares da área indígena maxacali, ocupada pelos fazendeiros por mais de 50 anos. Segundo o administrador da Funai, Wilton Madson Andrada, as terras são 100% de pastagens, o que não interessa aos maxacalis. "Eles têm necessidade de florestas no local", adiantou.

Segundo o administrador, os índios querem a revitalização da área para voltarem a prática da pesca e caça. Nestes últimos 50 anos, os cerca de 900 índios das aldeias Água Boa e Pradinho foram impedidos pelos fazendeiros de utilizar o rio até para banho. Mui-

tos foram vítimas de emboscadas e de armadilhas instaladas no trajeto entre as aldeias e o rio.

Sem opção para ocupar o tempo, passaram a procurar a cidade e a desenvolverem o costume de partir das aldeias para longas viagens, sempre às margens da BR-116. O destino nem sempre era Governador Valadares, onde está a sede regional da Funai. Vários morreram atropelados, outros foram assassinados e outros morreram de coma alcohólico no caminho.

"A devolução das terras vai devolver a auto-estima dos índios", enfatiza Andrada, que acredita que o problema do alcoolismo, que atinge até mesmo as crianças maxacalis, está relacionado diretamente ao sentimento de perda.

Cimi não se mostra otimista

BERTÓPOLIS - O coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Luciano Marcos Pereira da Silva, não está tão otimista. Segundo ele, em Brasília existe um forte lobby contra os maxacalis liderado pelo deputado federal José Lourenço (PFL-BA). Também pesa contra os maxacalis, segundo Silva, a mudança de juiz, já que o juiz que vai julgar a ação amanhã não será mais o relator do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Jamil Rosa de Jesus.

No dia 9 de abril deste ano, Jesus reconsiderou sua decisão anunciada no dia 24 de fevereiro, em que dilatava o prazo para a retirada dos posseiros: de 30 para 150 dias e fixou a data de 5 de maio para a desocupação. Silva, que também integrou a delegação que esteve em Brasília na última segunda-feira com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, e com o presidente Superior do Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, informou que o recurso impetrado pelos fazendeiros seria julgado na terça-feira passada sem que a Funai juntasse ao processo a comprovação de que já dispunha dos recursos para indenizar as famílias.

"Isso nos leva a crer que a decisão não seria favorável aos índios", enfatizou o coordenador, lembrando que o juiz do Tribunal Federal Regional, José Cândido Ribeiro, que substitui o relator Jamil Rosa de Jesus, também sinalizou sua intenção ao dizer que o "Estado era bom

para cobrar, mas péssimo para pagar". No entanto, a expectativa do Cimi é que ele mantenha a decisão da juíza da 16ª Vara Federal Sílvia Elena Petry, que, através de liminar expedida no dia 2 de fevereiro deste ano, determinou a retirada dos fazendeiros da área, fixando o prazo de 5 de março para a desocupação. Os fazendeiros entraram com agravo de instrumento e no dia 24 de fevereiro e o juiz relator prorrogou o prazo para 150 dias, mas reconsiderou sua decisão.